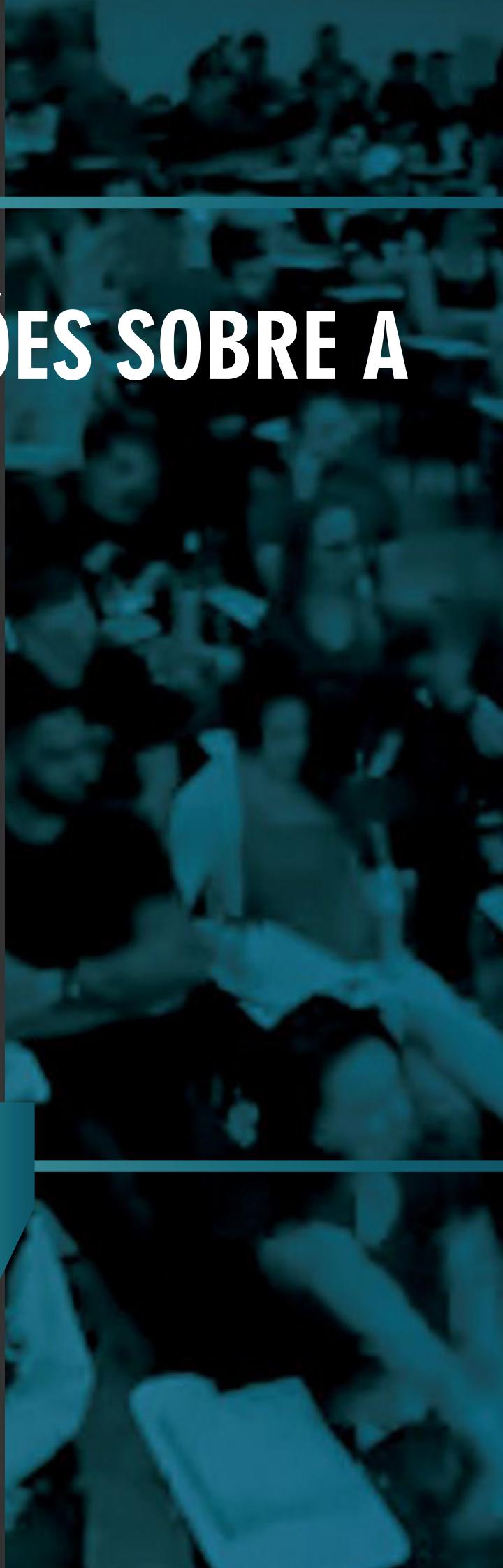


# QUESTÕES SOBRE A AULA

77



# QUESTÕES SOBRE A AULA

## ÂMBITO DE APLICAÇÃO E PRINCÍPIOS

- 1.** Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPE-AP Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - MPE-AP - Promotor de Justiça Substituto (Adaptada)

Acerca do procedimento de licitação e dos contratos administrativos conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), julgue o item que se segue:

O princípio da segregação de funções prevê que cada uma das principais funções dentro do processo de licitação e execução do contrato seja exercida por diferentes agentes públicos.

Certo ( ) Errado ( )

- 2.** Ano: 2021 Banca: FUNDEP (Gestão de Concursos) Órgão: MPE-MG Prova: FUNDEP (Gestão de Concursos) - 2021 - MPE-MG - Promotor de Justiça Substituto (Adaptada)

No tocante à novel Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), julgue o item que se segue:

A Lei nº 14.133/2021 abrange os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa, bem como as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303/2016.

Certo ( ) Errado ( )

- 3.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Com base nos ditames da lei nº 14.133/21, assinale abaixo o ente público ao qual NÃO se aplica a nova lei de licitações e contratos:

- a)** tribunal de justiça.
- b)** câmara dos Deputados.
- c)** sociedade de economia mista.
- d)** autarquia federal.

- 4.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) No que tange a nova lei de licitações, assinale a opção correta:

- a)** entrará em vigor na data de sua publicação.
- b)** impede a adoção de qualquer outro regime licitatório.
- c)** permite aos órgãos públicos mesclarem as novas regras com aquelas constantes da Lei nº 8.666/1993.
- d)** se encontra em *vacatio legis*.

- 5.** CEBRASPE/STM – Técnico Judiciário – Programação de Sistemas – 2018 (adaptada)

Ao contratar serviços ou obras visando à promoção de baixo impacto sobre recursos naturais, a administração pública atende ao objetivo do desenvolvimento nacional sustentável.

Certo ( ) Errado ( )

6. Ano: 2004 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Engenheiro Civil (Adaptada)

Com relação à Lei nº 8.666/1993, julgue os itens subsequentes.

Subordinam-se à referida lei somente as autarquias e as fundações públicas.

Certo ( ) Errado ( )

7. (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Julgue o item seguinte, referente à licitação pública. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta não estão sujeitas as normas disciplinadas pela lei nº 14.133/21.

Certo ( ) Errado ( )

8. Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: DPF Prova: CESPE / CEBRASPE - 2013 - Polícia Federal - Perito Criminal Federal - Cargo 13 (Adaptada)

A respeito de licitações e contratos, julgue o item a seguir.

O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que não cumpriu as exigências estabelecidas.

Certo ( ) Errado ( )

9. Ano: 2019 Banca: Quadrix Órgão: CRO-GO Provas: Quadrix - 2019 - CRO-GO - Contador (Adaptada)

Com relação às normas de licitações e contratos da Administração Pública previstas na Lei nº 8.666/1993 e à modalidade de licitação denominada pregão (Lei nº 10.520/2002), julgue o item.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais barata para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Certo ( ) Errado ( )

10. **Ano:** 2018 **Banca:** FEPSE **Órgão:** CIS - AMOSC - SC **Prova:** FEPSE - 2018 - CIS - AMOSC - SC – (Adaptada)

Subordinam-se ao regime da Lei nº 14.133/21:

- a) Os órgãos da Administração Direta.
- b) Apenas as Autarquias.
- c) Apenas os fundos especiais.
- d) Apenas as empresas públicas.
- e) Apenas as sociedades de economia mista.

11. Ano: 2014 Banca: COPEVE-UFAL Órgão: Prefeitura de Feira Grande - AL Prova: COPEVE-U-FAL - 2014 - Prefeitura de Feira Grande - AL - Assistente Administrativo (Adaptada)

Nos procedimentos de licitação, o Princípio da Isonomia:

- a) Propugna que seja dado tratamento igual a todos os interessados.
- b) Visa vincular os licitantes e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.

- c) Obriga a Administração Pública observar, nas suas decisões, critérios e objetivos previamente estabelecidos, afastando a discretionaryidade e subjetivismo na condução dos procedimentos da licitação.
  - d) Estabelece que a conduta dos licitantes e dos agentes públicos deve ser, além de lícita, compatível com a moral, ética, os bons costumes e as regras da boa administração.
  - e) Estabelece que qualquer interessado deve ter acesso às licitações públicas e seu controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todas as fases da licitação.
- 12.** Ano: 2018 Banca: FEPESÓ Órgão: CIS - AMOSC - SC Prova: FEPESÓ - 2018 - CIS - AMOSC - SC – (Adaptada)
- A Lei nº 14.133/21 estabelece:
- a) Normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - b) Normas específicas sobre contratos administrativos, exceto alienações no âmbito estadual.
  - c) Normas específicas e aplicáveis somente a serviços no âmbito da União.
  - d) Normas aplicáveis a licitações somente nos municípios.
- 13.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Com base nos ditames da lei nº 14.133/21, julgue o item que se segue:
- Os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública são submetidos as normas da Nova Lei de Licitação.
- Certo ( ) Errado ( )
- 14.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Com base nos ditames da lei nº 14.133/21, julgue o item que se segue:
- As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecem rão às peculiaridades nacionais e aos princípios básicos estabelecidos na Lei nº 14.133/21, na forma de regulamentação específica a ser editada por ministro de Estado.
- Certo ( ) Errado ( )
- 15.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Aplica-se a lei nº 14.133/21, exceto:
- a) alienação e concessão de direito real de uso de bens.
  - b) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
  - c) compra, inclusive por encomenda.
  - d) locação.
- 16.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Na aplicação da Lei nº 14.133/21, serão observados os seguintes princípios, exceto:

- a) segregação de funções.
  - b) vinculação ao edital.
  - c) julgamento objetivo.
  - d) desenvolvimento nacional.
17. (QUESTÃO INÉDITA – 2021) O princípio previsto na Lei nº 14.133/21, o qual disciplina que os atos licitatórios devem ser justificados pelos pressupostos de fato e de direito é o da:
- a) Publicidade.
  - b) Motivação.
  - c) Eficiência.
  - d) Planejamento.
18. (QUESTÃO INÉDITA – 2021) O princípio licitatório o qual prevê que o mesmo agente não poderá praticar diversas atribuições relevantes sujeitas a risco dentro do mesmo procedimento licitatório é o da:
- a) Segregação de Funções.
  - b) Economicidade.
  - c) Segurança Jurídica.
  - d) Celeridade.
19. (QUESTÃO INÉDITA – 2021) São princípios expressos na lei nº 14.133/21: da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade e do planejamento.

Certo ( ) Errado ( )

20. (QUESTÃO INÉDITA – 2021) A lei nº 14.133/21 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Certo ( ) Errado ( )

## GABARITO

- |           |            |           |
|-----------|------------|-----------|
| 1. Certo  | 9. Errado  | 17. B     |
| 2. Errado | 10. A      | 18. A     |
| 3. C      | 11. A      | 19. Certo |
| 4. A      | 12. A      | 20. Certo |
| 5. Certo  | 13. Certo  |           |
| 6. Errado | 14. Errado |           |
| 7. Certo  | 15. B      |           |
| 8. Certo  | 16. D      |           |

# QUESTÕES COMENTADAS

1. Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPE-AP Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - MPE-AP - Promotor de Justiça Substituto (Adaptada)

Acerca do procedimento de licitação e dos contratos administrativos conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), julgue o item que se segue:

O princípio da segregação de funções prevê que cada uma das principais funções dentro do processo de licitação e execução do contrato seja exercida por diferentes agentes públicos.

Certo ( ) Errado ( )

## Resolução Completa:

Trata-se de uma questão literal, a lei nº 14.133/21, diferentemente da lei nº 8.666/93, trouxe em seu texto legal, de maneira expressa, os princípios que regem o procedimento licitatório. Sobre o tema, destacamos a literalidade do texto legal pertinente, sendo totalizado 22 princípios:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, **da segregação de funções**, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Um dos princípios que podemos apontar é o da "segregação das funções". Esse princípio é um mecanismo de controle da Administração Pública, materializado por meio da separação de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização exercida nas atividades administrativas, de modo que um mesmo servidor não ocupe diversas funções relevantes e sujeitas a risco, dentro do mesmo processo licitatório. A observância do citado princípio busca:

- 1) a materialização do controle interno de legalidade dos atos da Administração Pública (autotutela administrativa);
- 2) evitar excesso de poder ou desvios de finalidades, diante da concentração de poder em apenas um agente público;
- 3) eficiência na atuação administrativa, pela especialização interna de funções administrativas, por meio da desconcentração administrativa;
- 4) reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Do ponto de vista legal, podemos apontar o art.7º da lei nº 14.133/21:

*Art.7º, § 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.*

**GABARITO: CERTO.**

2. Ano: 2021 Banca: FUNDEP (Gestão de Concursos) Órgão: MPE-MG Prova: FUNDEP (Gestão de Concursos) - 2021 - MPE-MG - Promotor de Justiça Substituto (Adaptada)

No tocante à novel Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), julgue o item que se segue:

A Lei nº 14.133/2021 abrange os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa, bem como as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303/2016.

Certo ( ) Errado ( )

#### **Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre um dos principais pontos de destaque da lei nº 14.133/21: o âmbito de atuação. Sendo assim, com base na literalidade do dispositivo, podemos destacar o seguinte dispositivo:

*Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:*

*I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;*

*II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.*

Sendo assim, podemos resumir a lei nº 14.133/21 se aplica a:

#### **a) Administrações Públicas diretas**

Da União, Estado, DF e Municípios

#### **b) Autarquias:**

Da União, Estado, DF e Municípios

#### **c) Fundação Pública:**

Da União, Estado, DF e Municípios

#### **d) órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal**

#### **e) Poder Legislativo dos Municípios:**

Repara que nesse caso é necessário que esteja no desempenho de função administrativa.

#### **f) fundos especiais**

#### **g) demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Em contrapartida, a própria norma disciplina quem não será abarcada por sua literalidade. Sendo assim, destacamos:

*Art.1º, § 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.*

Assim, podemos verificar que a questão está incorreta, embora abarque Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa, a presente norma não abrange as "empresas públicas" e as "sociedades de economia mista", tendo em vista serem regidas por lei própria (Lei nº 13.303/2016).

**GABARITO: ERRADO.**

3. (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Com base nos ditames da lei nº 14.133/21, assinale abaixo o ente público ao qual NÃO se aplica a nova lei de licitações e contratos:
- tribunal de justiça.
  - câmara dos Deputados.
  - sociedade de economia mista.
  - autarquia federal.

**Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre um dos principais pontos de destaque da lei nº 14.133/21: o âmbito de atuação. Sendo assim, com base na literalidade do dispositivo, podemos destacar o seguinte dispositivo:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as **Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:**

I - os órgãos **dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal** e os órgãos **do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;**

II - os **fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Sendo assim, podemos resumir a lei nº 14.133/21 se aplica a:

**a) Administrações Públicas diretas**

União, Estado, DF e Municípios

**b) Autarquias:**

Da União, Estado, DF e Municípios

**c) Fundação Pública:**

Da União, Estado, DF e Municípios

**d) órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal**

**e) Poder Legislativo dos Municípios:**

Repara que nesse caso é necessário que esteja no desempenho de função administrativa.

**f) fundos especiais**

**g) demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Em contrapartida, a própria norma disciplina quem não será abarcada por sua literalidade. Sendo assim, destacamos:

Art.1º, § 1º **Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.**

**GABARITO: C.**

4. (QUESTÃO INÉDITA – 2021) No que tange a nova lei de licitações, assinale a opção correta:
- entrará em vigor na data de sua publicação.
  - impede a adoção de qualquer outro regime licitatório.
  - permite aos órgãos públicos mesclarem as novas regras com aquelas constantes da Lei nº 8.666/1993.

- d) se encontra em *vacatio legis*.

**Resolução Completa:**

A lei nº 14.133/21 entrou em vigor no ano de 2021, e junto com sua promulgação vieram algumas dúvidas: A partir de quando produzirá efeitos? Possui prazo de *vacatio legis*? Sendo assim, com base no art. 194 da citada lei, a norma entra em vigor na data de sua publicação, já podendo, desde então, produzir efeitos. Vejamos:

*Art. 194. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Conclui-se, portanto, que não há *vacatio legis*, instituto jurídico que pode ser assim definido:

*termo jurídico, de origem latina, que significa **vacância da lei**, ou seja “a Lei Vaga”, que é o período que decorre entre o dia da publicação de uma lei e o dia em que ela entra em vigor, ou seja, que tem seu cumprimento obrigatório.*

O que ocorre, na verdade, é que a própria norma estabelece um prazo (02 anos), para que a antiga lei de licitação (lei nº 8.666/93) seja revogada. Até lá, será possível optar por uma das normas para reger o procedimento licitatório, sendo vedada a combinação das normas vigentes. Vejamos:

*Art. 193. Revogam-se:*

*II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, **após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.***

(...)

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o *inciso II do caput do art. 193*, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

GABARITO: A.

**5. CEBRASPE/STM – Técnico Judiciário – Programação de Sistemas – 2018 (adaptada)**

Ao contratar serviços ou obras visando à promoção de baixo impacto sobre recursos naturais, a administração pública atende ao objetivo do desenvolvimento nacional sustentável.

Certo ( ) Errado ( )

**Resolução Completa:**

A questão versa sobre os princípios que regem o processo licitatório, com base na lei nº 14.133/21. De maneira expressa, a presente norma assim disciplina o tema:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do **desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Dentre os princípios elencados, podemos destacar o “desenvolvimento nacional sustentável”, o qual versa que desenvolvimento nacional não deve ser alcançado a qualquer preço, mas de maneira sustentável. Uma das dimensões de tal princípio é justamente a adoção de práticas sustentáveis nas contratações públicas, as quais devem buscar também a preservação do meio ambiente.

**GABARITO: CERTO.**

6. Ano: 2004 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Polícia Federal Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Engenheiro Civil (Adaptada)

Com relação à Lei nº 8.666/1993, julgue os itens subsequentes.

Subordinam-se à referida lei somente as autarquias e as fundações públicas.

Certo ( ) Errado ( )

#### **Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre um dos principais pontos de destaque da lei nº 14.133/21: o âmbito de atuação. Sendo assim, com base na literalidade do dispositivo, podemos destacar o seguinte dispositivo:

*Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:*

*I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;*

*II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.*

Sendo assim, podemos resumir a lei nº 14.133/21 se aplica a:

#### **a) Administrações Públicas diretas**

Da União, Estado, DF e Municípios

#### **b) Autarquias:**

Da União, Estado, DF e Municípios

#### **c) Fundação Pública:**

Da União, Estado, DF e Municípios

#### **d) órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal**

#### **e) Poder Legislativo dos Municípios:**

Repara que nesse caso é necessário que esteja no desempenho de função administrativa.

#### **f) fundos especiais**

#### **g) demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Em contrapartida, a própria norma disciplina quem não será abarcada por sua literalidade. Sendo assim, destacamos:

*Art.1º, § 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.*

Dessa forma, podemos verificar que a questão está incorreta, uma vez que não são apenas os procedimentos licitatórios das autarquias e das fundações públicas que são regulamentados pela lei nº 14.133/21.

#### **GABARITO: ERRADO.**

7. (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Julgue o item seguinte, referente à licitação pública. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta não estão sujeitas as normas disciplinadas pela lei nº 14.133/21.

Certo ( ) Errado ( )

#### **Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre um dos principais pontos de destaque da lei nº 14.133/21: o âmbito de atuação. Sendo assim, com base na literalidade do dispositivo, podemos destacar o seguinte dispositivo:

**Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:**

**I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;**

**II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Sendo assim, podemos resumir a lei nº 14.133/21 se aplica a:

**a) Administrações Públicas diretas**

União, Estado, DF e Municípios

**b) Autarquias:**

Da União, Estado, DF e Municípios

**c) Fundação Pública:**

Da União, Estado, DF e Municípios

**d) órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal**

**e) Poder Legislativo dos Municípios:**

Repara que nesse caso é necessário que esteja no desempenho de função administrativa.

**f) fundos especiais**

**g) demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Em contrapartida, a própria norma disciplina quem não será abarcada por sua literalidade. Sendo assim, destacamos:

**Art.1º, § 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.**

**GABARITO: CERTO.**

8. Ano: 2013 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: DPF Prova: CESPE / CEBRASPE - 2013 - Polícia Federal - Perito Criminal Federal - Cargo 13 (Adaptada)

A respeito de licitações e contratos, julgue o item a seguir.

O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que não cumpriu as exigências estabelecidas.

Certo ( ) Errado ( )

**Resposta Completa:**

O princípio da Vinculação ao edital está expresso no art. 5º da lei nº 14.133/21. Nele podemos verificar que o instrumento que formaliza o procedimento licitatório é o **"edital"**. Esse instrumento tem força vinculante de forma a disciplinar as regras inerentes ao certame, não podendo ser violadas. O descumprimento da referidas cláusulas acarreta, não só a violação ao princípio da vinculação ao edital, mas também os princípios da isonomia e do julgamento objetivo.

A presente questão pode ser considerada como complexa, sendo retirado seu entendimento de jurisprudência dos tribunais pátrios. Assim, veja a seguir a íntegra do julgado que inspirou a formulação da questão:

**Ementa:** ADMINISTRATIVO. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ISONOMIA ENTRE CONCORRENTES. CRITÉRIOS ADMINISTRATIVOS. VALOR MENOR DA PROPOSTA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA MANTIDA. **1. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório.** O afastamento dos requisitos estabelecidos no edital privilegia a parte autora em detrimento dos demais interessados no certame, ferindo o princípio da isonomia dos concorrentes. **2. A pretendida nulidade do certame em função do valor menor da proposta do concorrente inabilitado** (aliás, com diferença não exorbitante), se permitiria a utilização subjetivo com escopo de anular as licitações, na modalidade de concorrência, após a abertura dos envelopes das concorrentes habilitadas, sempre que se configurasse eventual diferença, por menor que fosse, em prol da Administração, inaugurando cenário de insegurança jurídica e de desrespeito às licitantes que atenderam aos preceitos do edital."

#### GABARITO: CERTO.

- 9.** Ano: 2019 Banca: Quadrix Órgão: CRO-GO Provas: Quadrix - 2019 - CRO-GO - Contador (Adaptada)

Com relação às normas de licitações e contratos da Administração Pública previstas na Lei nº 8.666/1993 e à modalidade de licitação denominada pregão (Lei nº 10.520/2002), julgue o item.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais barata para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Certo ( ) Errado ( )

#### Resolução Completa:

Trata-se de uma questão literal, a lei nº 14.133/21, diferentemente da lei 8666/93, trouxe em seu texto legal, de maneira expressa, os princípios que regem o procedimento licitatório. Sobre o tema, destacamos a literalidade do texto legal pertinente, sendo totalizado 22 princípios:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economia e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Assim, por ausência de previsão legal, podemos verificar que não há o princípio da "seleção da proposta mais barata", estando incorreta a questão.

#### GABARITO: ERRADO.

- 10. Ano:** 2018 **Banca:** FEPSE **Órgão:** CIS - AMOSC - SC **Prova:** FEPSE - 2018 - CIS - AMOSC - SC – (Adaptada)

Subordinam-se ao regime da Lei nº 14.133/21:

- a) Os órgãos da Administração Direta.
- b) Apenas as Autarquias.
- c) Apenas os fundos especiais.
- d) Apenas as empresas públicas.
- e) Apenas as sociedades de economia mista.

### **Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre um dos principais pontos de destaque da lei nº 14.133/21: o âmbito de atuação. Sendo assim, com base na literalidade do dispositivo, podemos destacar o seguinte dispositivo:

**Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:**

**I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;**

**II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Sendo assim, podemos resumir a lei nº 14.133/21 se aplica a:

#### **a) Administrações Públicas diretas**

União, Estado, DF e Municípios

#### **b) Autarquias:**

Da União, Estado, DF e Municípios

#### **c) Fundação Pública:**

Da União, Estado, DF e Municípios

#### **d) órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal**

#### **e) Poder Legislativo dos Municípios:**

Repara que nesse caso é necessário que esteja no desempenho de função administrativa.

#### **f) fundos especiais**

#### **g) demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Em contrapartida, a própria norma disciplina quem não será abarcada por sua literalidade. Sendo assim, destacamos:

**Art.1º, § 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.**

### **GABARITO: A.**

- 11.** Ano: 2014 Banca: COPEVE-UFAL Órgão: Prefeitura de Feira Grande - AL Prova: COPEVE-U-FAL - 2014 - Prefeitura de Feira Grande - AL - Assistente Administrativo (Adapatada)

Nos procedimentos de licitação, o Princípio da Isonomia:

- a)** Propugna que seja dado tratamento igual a todos os interessados.
- b)** Visa vincular os licitantes e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.
- c)** Obriga a Administração Pública observar, nas suas decisões, critérios e objetivos previamente estabelecidos, afastando a discretionaryiedade e subjetivismo na condução dos procedimentos da licitação.
- d)** Estabelece que a conduta dos licitantes e dos agentes públicos deve ser, além de lícita, compatível com a moral, ética, os bons costumes e as regras da boa administração.

- e) Estabelece que qualquer interessado deve ter acesso às licitações públicas e seu controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todas as fases da licitação.

**Resposta Completa:**

Vejamos a seguir a resolução completa da questão, sendo analisadas todas alternativas até alcançarmos o gabarito:

A: Propugna que seja dado tratamento igual a todos os interessados.

Correto. A alternativa descreve a definição do princípio da isonomia que significa dar tratamento igual a todos os interessados na licitação. É condição essencial para garantir competição em todos os procedimentos licitatórios.

B: Visa vincular os licitantes e a Administração Pública às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.

A alternativa é a definição do princípio da **VINCULAÇÃO AO EDITAL** e não o da isonomia.

C: Obriga a Administração Pública observar, nas suas decisões, critérios e objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e subjetivismo na condução dos procedimentos da licitação.

Essa alternativa discorre sobre o princípio do **JULGAMENTO OBJETIVO**, e não o da isonomia.

D: Estabelece que a conduta dos licitantes e dos agentes públicos deve ser, além de lícita, compatível com a moral, ética, os bons costumes e as regras da boa administração.

Verifica-se na assertiva a descrição do princípio da **MORALIDADE**, e não da isonomia.

E: Estabelece que qualquer interessado deve ter acesso às licitações públicas e seu controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todas as fases da licitação.

Trata-se da definição do princípio da **PUBLICIDADE**, e não da isonomia.

**GABARITO: A.**

- 12.** Ano: 2018 Banca: FEPSE Órgão: CIS - AMOSC - SC Prova: FEPSE - 2018 - CIS - AMOSC - SC – (Adaptada)

A Lei nº 14.133/21 estabelece:

- a) Normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) Normas específicas sobre contratos administrativos, exceto alienações no âmbito estadual.
- c) Normas específicas e aplicáveis somente a serviços no âmbito da União.
- d) Normas aplicáveis a licitações somente nos municípios.

**Resolução Completa:**

A questão em análise cobrou a literalidade do art.1º da lei nº 14.133/21, por isso é necessário que você compreenda a “letra fria da lei”. A assertiva versa sobre os parâmetros estabelecidos pela referida lei, sendo imprescindível o entendimento de que a mesma aborda Normas Gerais de licitação e contratação. Vejamos o texto legal:

*Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:*

**GABARITO: A.**

- 13.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Com base nos ditames da lei nº 14.133/21, julgue o item que se segue:

Os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública são submetidos as normas da Nova Lei de Licitação.

Certo ( ) Errado ( )

**Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre um dos principais pontos de destaque da lei nº 14.133/21: o âmbito de atuação. Sendo assim, com base na literalidade do dispositivo, podemos destacar o seguinte dispositivo:

*Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:*

*I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;*

**II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Sendo assim, podemos resumir a lei nº 14.133/21 se aplica a:

**a) Administrações Públicas diretas**

Da União, Estado, DF e Municípios

**b) Autarquias:**

Da União, Estado, DF e Municípios

**c) Fundação Pública:**

Da União, Estado, DF e Municípios

**d) órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal**

**e) Poder Legislativo dos Municípios:**

Repara que nesse caso é necessário que esteja no desempenho de função administrativa.

**f) fundos especiais**

**g) demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.**

Em contrapartida, a própria norma disciplina quem não será abarcada por sua literalidade. Sendo assim, destacamos:

*Art.1º, § 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.*

**GABARITO: CERTO.**

- 14.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Com base nos ditames da lei nº 14.133/21, julgue o item que se segue:

As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades nacionais e aos princípios básicos estabelecidos nesta Lei, na forma de regulamentação específica a ser editada por ministro de Estado.

Certo ( ) Errado ( )

**Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal acerca das licitações realizadas por repartições públicas sediadas no exterior. Vejamos a seguir o texto dispositivo legal pertinente da lei nº 14.133/21:

*"Art.1º, § 2º As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos nesta Lei, na forma de regulamentação específica a ser editada por ministro de Estado."*

Dessa forma, podemos verificar que a questão está incorreta, uma vez que regra a ser seguida não são as peculiaridades nacionais, mas as locais (de onde realiza a licitação no exterior).

#### GABARITO: ERRADO.

**15.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Aplica-se a lei nº 14.133/21, exceto:

- a) alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- b) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- c) compra, inclusive por encomenda.
- d) locação.

#### Resolução Completa:

Questão que aborda em quais situações se aplica ou não o teor da lei nº 14.333/21. Sendo assim, como é imprescindível o conhecimento da norma para responder a questão, vejamos a seguir sua reprodução:

#### Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

**I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;**

**II - compra, inclusive por encomenda;**

**III - locação;**

**IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;**

**V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;**

**VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;**

**VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.**

(...)

#### Art. 3º Não se subordinam ao regime desta Lei:

**I - contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos;**

**II - contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.**

#### GABARITO: B.

**16.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) Na aplicação da Lei nº 14.133/21, serão observados os seguintes princípios, exceto:

- a) segregação de funções.
- b) vinculação ao edital.
- c) julgamento objetivo.

- d) desenvolvimento nacional.**

**Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal, a qual, infelizmente, caberá ao aluno internalizar a sua informação. Sendo assim, a lei nº 14.133/21, diferentemente da lei nº 8.666/93, trouxe em seu texto legal, de maneira expressa, os princípios que regem o procedimento licitatório. Sobre o tema, destacamos a literalidade do texto legal pertinente, sendo totalizado 22 princípios:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Dessa forma, após identificarmos o dispositivo legal pertinente, podemos afirmar que o princípio que rege a licitação é "desenvolvimento nacional sustentável", de modo que o nosso gabarito só poderá ser a letra "D", uma vez que, não basta o desenvolvimento nacional, esse não pode ser a qualquer preço, mas deve ser procedido de maneira sustentável.

**GABARITO: ERRADO.**

- 17. (QUESTÃO INÉDITA – 2021)** O princípio previsto na Lei nº 14.133/21, o qual disciplina que os atos licitatórios devem ser justificados pelos pressupostos de fato e de direito é o da:

- a) Publicidade.**
- b) Motivação.**
- c) Eficiência.**
- d) Planejamento.**

**Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal, a qual, infelizmente, caberá ao aluno internalizar a sua informação. Sendo assim, a lei nº 14.133/21, diferentemente da lei nº 8.666/93, trouxe em seu texto legal, de maneira expressa, os princípios que regem o procedimento licitatório. Sobre o tema, destacamos a literalidade do texto legal pertinente, sendo totalizado 22 princípios:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Dentre os princípios apresentados, podemos destacar os seguintes conceitos:

**a) Publicidade:**

"A publicidade, como princípio da administração pública, abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como, também, de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes" (MEIRELLES, 2000, p.89).

**b) Motivação:**

"A motivação representa que o administrador deve indicar os fundamentos de fato e de direito que o levam a adotar qualquer decisão no âmbito da Administração Pública, demonstrando a correlação lógica entre a situação

ocorrida e as providências adotadas. Dessa forma, a motivação serve de fundamento para examinar a finalidade, a legalidade e a moralidade da conduta administrativa”.

c) Eficiência:

“O princípio da eficiência implementou o modelo de administração pública gerencial voltada para um controle de resultados na atuação estatal, ou seja, a partir disso, os atos da administração devem ser realizados com a maior qualidade, competência e eficácia possível em prol da sociedade”.

d) Planejamento:

estabelece que todos os níveis de contrações devem ser planejadas.

Diante disso, podemos verificar que o comando da questão se refere ao princípio da “motivação”.

GABARITO: B.

- 18.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) O princípio licitatório o qual prevê que o mesmo agente não poderá praticar diversas atribuições relevantes sujeitas a risco dentro do mesmo procedimento licitatório é o da:

- a) Segregação de Funções.
- b) Economicidade.
- c) Segurança Jurídica.
- d) Celeridade.

**Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal, a qual, infelizmente, caberá aí aluno internalizar a sua informação. Sendo assim, a lei nº 14.133/21, diferentemente da lei nº 8.666/93, trouxe em seu texto legal, de maneira expressa, os princípios que regem o procedimento licitatório. Sobre o tema, destacamos a literalidade do texto legal pertinente, sendo totalizado 22 princípios:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparéncia, da eficácia, **da segregação de funções**, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Um dos princípios que podemos apontar é o da “segregação das funções”. Esse princípio é um mecanismo de controle da Administração Pública, materializado por meio da separação de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização exercida nas atividades administrativas, de modo que um mesmo servidor não ocupe diversas funções relevantes e sujeitas a risco, dentro do mesmo processo licitatório. A observância do citado princípio busca:

- 1) a materialização do controle interno de legalidade dos atos da Administração Pública (autotutela administrativa);
- 2) evitar excesso de poder ou desvios de finalidades, diante da concentração de poder em apenas um agente público;
- 3) eficiência na atuação administrativa, pela especialização interna de funções administrativas, por meio da desconcentração administrativa;
- 4) reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Do ponto de vista legal, podemos apontar o art.7º da lei nº 14.133/21:

*Art.7º, § 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.*

**GABARITO: A.**

- 19.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) São princípios expressos na lei nº 14.133/21: da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade e do planejamento.

Certo ( ) Errado ( )

**Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal, a qual, infelizmente, caberá ao aluno internalizar a sua informação. Sendo assim, a lei nº 14.133/21, diferentemente da lei nº 8.666/93, trouxe em seu texto legal, de maneira expressa, os princípios que regem o procedimento licitatório. Sobre o tema, destacamos a literalidade do texto legal pertinente, sendo totalizado 22 princípios:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparéncia, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

**GABARITO: C.**

- 20.** (QUESTÃO INÉDITA – 2021) A lei nº 14.133/21 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Certo ( ) Errado ( )

**Resolução Completa:**

A questão em análise cobrou a literalidade do art.1º da lei nº 14.133/21, por isso é necessário que você compreenda a "letra fria da lei". A assertiva versa sobre os parâmetros estabelecidos pela referida lei, sendo imprescindível o entendimento de que a mesma aborda Normas Gerais de licitação e contratação. Vejamos o texto legal:

*Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:*

**GABARITO: CERTO.**

